SEMINÁRIO “ TOLERÂNCIA” . UNESCO. USP, 1997

“Os usos das terras e das águas”

Maria Inês Ladeira

(mestre em antropologia, doutoranda em Geografia Humana - FFLCH –USP,
membro do Centro de Trabalho Indigenista - CTI)

Resumo

O jogo atual das relações/negociações para apropriação, gestão e utilização dos recursos naturais das áreas Guarani situadas no litoral sudeste e sul (RS à ES), impõe uma definição, cada vez mais precisa, de papéis, direitos e competências, dadas as transformações sucessivas dessa região, provocadas pela sua ocupação crescente e desordenada.

Não comentaremos aqui os impactos e os efeitos de projetos imobiliários, de saneamento, de abastecimento, e as construções de estradas e rodovias, etc., nas formas de vida dos Guarani, nem aspectos relativos a legislação ambiental ou a indigenista. Incontáveis são as situações, em que os Guarani se vêem surpreendidos, por ações que afetam o seu território. E, em todas elas, as condições de enfrentamento são desiguais.

Abordaremos algumas situações nas quais as formas próprias de sociabilidade e comportamento Guarani, e de organização de funções e atribuição de papéis, foram inseridas na realidade atual que impõe o enfrentamento constante com os brancos.

Os usos das terras e das águas.

Maria Inês Ladeira

(doutoranda em Geografia Humana - FFLCH -USP
membro do Centro de Trabalho Indigenista - CTI)

O jogo atual das relações/negociações para apropriação, gestão e utilização dos recursos naturais das áreas Guarani situadas no litoral sudeste e sul (RS à ES), impõe uma definição, cada vez mais precisa, de papéis, direitos e competências, dadas as transformações sucessivas dessa região, provocadas pela sua ocupação crescente e desordenada.

Não serão, porém, discutidos aqui os impactos e os efeitos de projetos imobiliários, de saneamento, de abastecimento, e as construções de estradas e rodovias, etc., nas formas de vida dos Guarani. (A população indígena que ocupa áreas de mata atlântica do litoral sul/sudeste é a Guarani, predominantemente do subgrupo Mbya). Neste texto, cujas observações fazem parte de um trabalho maior sobre os encaminhamentos para regularização das terras Guarani no litoral, proponho algumas reflexões, que merecem maior aprofundamento, sobre a inserção de formas próprias de sociabilidade e comportamento Guarani, e de apreensão da realidade, nas diversas situações vivenciadas por eles, das quais citamos algumas a título de exemplo.

1. Durante o Processo de Identificação da A I. do Aguapeú, iniciado em dezembro de 1992 (no qual participei como coordenadora do grupo de trabalho), a comunidade insistiu para que os divisores naturais - os rios Aguapeú, Bixoro e Mineiro - prevalecessem, retificando uma proposta anterior que excluía ocupações antigas de não índios. Apesar das dificuldades, sobretudo orçamentarias, que retardariam a finalização do processo (que até o momento não se concluiu), os Guarani não desistiram de que fossem mantidos os rios como divisores. A princípio parecia que tal atitude se relacionava à dimensão da área que, seguindo pelas divisas dos rios seria muito maior. Entretanto, pude compreender que a preocupação maior dos Guarani era manter “as formas da terra”, isto é que a área de sua aldeia não fosse tão desfigurada. Diante da deformação das “partes do mundo” - e num sentido mais amplo, do próprio mundo - decorrentes das demarcações, cercas, estradas, limites impostos pela sociedade dominante, o contorno dos rios, e o da terra pelos rios, garante, além da presença desse recurso, o desenho natural da aldeia.

Trabalhar com a definição de limites das áreas Guarani é, ao mesmo tempo angustiante e instigante. As delimitações, de alguma forma, sempre tem como condicionante as ocupações do entorno. Isso implica - além da exiguidade das áreas que confinam a comunidade e da escassez de recursos naturais que leva-os sempre a precárias condições de subsistência - no comprometimento das suas categorias geográficas, paisagísticas e ambientais, na medida em que a configuração de seus espaços é definida por processos alienantes e pré estabelecidos por outros interesses e horizontes.

Os elementos que compõem o meio natural das aldeias - águas, solos, montanhas e vales e algumas espécies vegetais - são privilegiados pelos Guarani em função da sua

localização. Além das suas características intrínsecas, o local de inserção e a disposição de determinados elementos em relação ao conjunto são os indicadores mais precisos da conveniência do lugar para formação ou permanência de uma aldeia. (Uma fonte de água banhada pelo sol nascente, a palmeira jerivá (pindo eteí) no alto de um monte, os próprios montes de onde se vê o mar, os recortes da terra pelos rios).

Num “mundo desfigurado” pelas ações humanas (nos últimos 30 anos, o processo de desfiguração do litoral, como um todo, é intenso), a seletividade Guarani também se vê tolhida e as alternativas têm que concentrar-se nas poucas áreas “disponíveis” de mata atlântica.

A situação complica quando esses elementos naturais definidores da “permanência do lugar” são agredidos na sua consistência e portanto na sua essência. É o caso dos rios, principalmente os divisores que poderiam, deveriam, ser usados e respeitados por todos (os Guarani não reivindicam a exclusividade do uso dos divisores), e que os projetos governamentais de saneamentos e abastecimento, elegem ou como fonte de captação, ou para lançamento de esgoto, a fim de (através da transformação da natureza) dar conta da desordenada ocupação litorânea.

Sem entrar no mérito da discussão técnica e política de tais projetos, que via de regra superam a ética (do respeito aos direitos e às diferenças culturais), alguns trechos da carta enviada pela comunidade Guarani do Aguapeú ao governador do estado de São Paulo, sobre o projeto de esgoto para região de Mongaguá (2.), indicam outros parâmetros na avaliação desse projeto:

(...) “ Nós índios sabemos que o Rio pertence á aldeia e é esse Rio, que divide a nossa Terra da cidade, que é o guardião da aldeia protegendo a comunidade. Na nossa cultura, no nosso costume, é o Rio que não deixa passar o mal, a doença, nem aquelas pessoas que querem nos prejudicar. Então, para nós, o Rio é sagrado. Não se pode estragar nem mexer nem vender, pois o dinheiro não paga. Somente o nosso Deus - Nhanderu é que sabe o que vai fazer com o próprio Rio.”

(...) “ E antes, nós não nos preocupávamos com a destruição. Porque antes nós não tínhamos divisa e toda região era Mbya, e não havia destruição. E agora, com a chegada do progresso, nós estamos preocupados com a destruição e fomos obrigados a ter divisas”.

3. Em outra ocasião, outro projeto, desta vez para abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo previa o aproveitamento do Rio Capivari, o que implicaria na inundação de áreas de mata atlântica e dos caminhos de ligação das aldeias do planalto paulista às aldeias da região de Itanhaem e Mongaguá, na Serra do Mar.

Apesar desse projeto não utilizar diretamente os recursos das áreas Guarani, interviria no Rio Branco que atravessa a aldeia do Rio Branco em Itanhaém pois, com o represamento do Rio Capivari seu principal contribuinte, o sistema de vazão do Rio Branco seria alterado o que afetaria também a ictiofauna. Além disso a inundação da trilha isolaria as aldeias - concebidas para os Guarani, não como áreas estanques (como quer decidir o governo através dos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas), mas como um

complexo geográfico, ambiental social e econômico que compreende as aldeias do planalto, caminho de ligação e trilhas de coleta e caça e as aldeias do litoral sul. Manter a integridade desse complexo é fundamental quando se observa que as áreas Guarani no planalto possuem 26,30 ha (Barragem), 25,88ha (Crucutu) e 1,75 ha (Jaraguá). (Sobre os impactos que recairiam sobre os Guarani, a fauna, a vegetação, um dos representantes da aldeia desenvolveu uma argumentação totalmente contrária e com parâmetros alheios aos dos técnicos da empresa, que constou do relatório do CTI para a Procuradoria da República que moveu uma ação civil contra a SABESP....).

Nesse, como praticamente em todos os projetos que afetam as Terra Indígenas, as negociações são propostas pelas empresas empreendedoras já como a parte inicial de um “diálogo”. As dificuldades inerentes ao diálogo interétnico (entre índios e brancos), obstruído pela distinção semântica entre os dois discursos, justificaria a utilização, pelo lado dominante, do recurso da negociação como forma de chegar concretamente a um bom termo. Na verdade, o diálogo não interessa, na medida em que as negociações são impostas nas fases de implantação dos projetos que, portanto, segundo as empresas, são “irreversíveis”. Espera-se, assim, chegar a uma instância de decisões definida por concessões desiguais das partes.

Entretanto a diferença de horizontes e de apreensão de realidade, definida por universos culturais e semânticos distintos, não justifica também a estratégia de oclusão de um diálogo que parece impossível. Porque os projetos (abastecimento, saneamento, rodovias, imobiliários) que invadem as áreas Guarani, via de regra, têm gerado um impasse cujo desfecho, mesmo na instância jurídica, tem se baseado no peso e no teor político que, no momento, a decisão, sobretudo em relação aos projetos governamentais, acarreta.

Incontáveis são as situações, em que os Guarani se vêem surpreendidos, por ações que afetam o seu território. E, em todas elas, as condições de enfrentamento são desiguais.

Não se pode dizer, entretanto, que as suas estratégias para conviver com essa realidade não se atualizem.

As normas da conduta humana que transparecem nos discursos Guarani são ditadas por uma filosofia religiosa que permeia as relações entre pessoas e os atos cotidianos. Essa impregnação de aspectos filosóficos e religiosos interligados no dia a dia é que permite que tanto a crítica da situação vivenciada, como as profecias, sejam atualizadas e ajustadas a partir dos mesmo paradigmas.

Muitas vezes a incômoda e “enganosa” passividade Guarani parece se apoiar no fatalismo que delega à “Nhanderu” (nosso pai - o criador) a autonomia para decidir o destino do mundo Guarani, onde os outros também estão incluídos. Alguns trechos de discursos explicitam esse raciocínio:

“Desde que o mundo foi feito, Nhanderu - o criador - mostrou que o nosso mundo foi feito para ser usado por nós, Mbya, mas ‘terá o dia certo’. Por isso, no nosso costume, temos que esperar”.(Davi, aldeia do Aguapeú).

“Nhanderu falou: pela beirada dos matos, nosso filhos legítimos viverão. Pois essa terra foi criada para seus filhos não foi criada para os brancos. E disso vai depender a permanência da terra.” (D. Maria Tataxim - líder espiritual da aldeia Boa Esperança).

(...) “ É Nhanderu quem dá o sinal pra nós, para gente habitar o lugar certo, como aconteceu com a minha família em Aguapeú. Ali é um lugar sagrado para nós, próprio para índio Guarani, Nhandeva (significa nós, exclusivamente). Mesmo com os problemas que se passam com os brancos que querem destruir, ir contra o índio, falar que o índio não tem área, não tem terra, não tem nada. Mas, o próprio Deus (Nhanderu) ensina, dá o sinal próprio para os índios Guarani habitar aquele lugar. Nem a força dos brancos tem como destruir”. (depoimento de Davi, laudo pericial sobre a aldeia de Itaoca).

Ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de harmonia, o discurso Guarani orienta a “separação” (não casar com os brancos, não viver juntos):

“ Todos os brancos e todos os filhos caçulas (Mbya) de Nhanderu vivem hoje no mundo, todos. Mas as pessoas (os brancos e os Mbya) não devem se estranhar. Devem se entender, todos. .... A palavra do ‘ juruá’ (branco), a palavra do juruá não deve ser seguida, meus filhos caçulas. O sistema do juruá (jrua rekopa) não deve ser seguido, meus pequenos filhos’. Nhanderu deu este conselho: ‘nossos filhos legítimos não devem se misturar com o branco. Pois nossos filhos e filhas legítimos, reunidos no mundo deverão ficar, juntos’ .

Nhanderu tenondé (nosso pai verdadeiro) diz: ‘os juruá não podem brigar com vocês, nem vocês podem chamá-los à briga, meus filhos’, pois assim Nhanderu falou. E isso nós (os Mbya) estamos cumprindo na Terra. Pois nossos filhos não podem acabar, pois se os filhos caçulas desaparecem da terra, isso vai apressar o fim da terra”. (D. Maria).

Da mesma forma, a recomendação para não brigar, não disputar com os brancos, explicitada nos discursos, revela no “uso” da tolerância também uma estratégia que reconhece e justifica sua condição de minoria. Assim, os Mbya explicam o fato de serem “poucos” como sendo uma prerrogativa de origem:

“Desde o início, os Mbya eram minoria, porque Nhanderu quis assim, para serem melhores na Terra, porque são especiais, assim diziam os avós antigos” (Davi, 1990).

Não brigar, ter calma, enfrentar os problemas com paciência enfim, a “tolerância”, são qualidades estimuladas, pelos líderes religiosos, para que os indivíduos as desenvolvam caso já a possuam ou a adquiram.

A expressão “py’a guaçu” - coração grande - associada aos conceitos de “mbaraeté” - força verdadeira - e “mbaekuaá” - a sabedoria divina revelada - formam o conjunto de atributos fundamentais, daquele que têm a responsabilidade da orientação religiosa da comunidade, sobretudo a dos jovens.

O conteúdo semântico desses termos revela sua inserção num sistema mais amplo de idéias e sentimentos, norteadores das relações internas do sociedade Guarani. Em termos

gerais, “py’a guaçu” significa mais do que tolerância, é a generosidade e grandiosidade de coração, a compreensão e a solidariedade, que se contrapõem aos “ojegüiaé”- aquele que possui o sentimento mesquinho de obter proveitos pessoais, contrários aos interesses coletivos.

Os conceitos “mbaraeté” e “mbaekuaá”, referem-se às qualidades desejadas que devem possuir os “oporaive”(eles próprios são “mbaekuaá” - líderes espirituais que dirigem as rezas, embora, em graus variados, podem ser extensivas a outros membros.

Nos últimos 20 anos, as recorrentes disputas sobre as áreas que ocupam, vêm forçando os Guarani a um enfrentamento que, todavia, preferem delegar à terceiros (seus aliados). Além da briga pela terra ferir os princípios éticos de como viver e conviver no mundo, não querem se responsabilizar pela aceitação (que, de fato, quando ocorre é sempre parcial) dos termos de um ajuste que formalmente acontece no âmbito das regras, das instâncias de poderes e da lógica do dominador. De todo modo, observa-se que alguns conceitos, divulgados no âmbito do discurso interno, vêm se integrando ou se adaptando ao conjunto das normas de relacionamento com os brancos.

4. Março de 1988. No Fórum de São Sebastião (SP) é realizada uma audiência de um processo que reuniu quatro ações judiciais envolvendo direitos sobre a terra indígena Guarani do Rio Silveira. Na calçada, vários integrantes da comunidade Guarani entre crianças, mulheres e homens - os caciques encontravam-se na sala de audiências - com seus artesanatos expostos para venda, esperavam sob o sol. Os partidários, os simpatizantes e os opositores dos índios tiveram ocasião de presenciar, ali mesmo na calçada, uma manifestação religiosa - cantos e danças - uma demonstração pública rara porque dirigida nessas circunstâncias por uma mulher e revestida de um ar de autenticidade, apesar do local improvisado e público. (Esta manifestação distinguia-se das apresentação performáticas dos índios para os não índios em eventos urbanos). De outro lado, a parte contrária, tentava desmoralizar os índios, os falsos índios, como, em várias ocasiões, se referem aos Guarani os especuladores de terras.

À noite, no final da audiência, ainda nas escadas do Fórum, (Samuel - Jejokó) cacique e líder religioso da área¹ cobiçada para especulação imobiliária, conceituado “oporaive” num ato espontâneo e repentino presenteia o advogado de seu opositor com seu cocar. A reação primeira do advogado atônito foi recusar, mas o gesto discreto e público do cacique, impôs a sua regra, a de aceitar.

Para se entender como se realiza esse processo de deslocamento de algumas normas de comportamento de um espaço a outro, é preciso ter algumas indicações sobre o funcionamento das mesmas, no seu lugar de origem.

“Amba Arandu” - a casa onde meninos escolhidos em cada família se internavam para receberem os ensinamentos filosóficos religiosos que regem os sentimentos e as normas sócias de comportamento - passa, atualmente em algumas aldeias, a ser designada como o local de reuniões para discussões dos problemas atuais e articulações entre jovem líderes. “Arandu” amplia seu significado, abrangendo o “conhecimento das coisas do branco”. Os “iarandu” são

---

¹ Com a demarcação, realizada em 1987, chegou a 948 ha

os homens jovens que se expõem mais ao enfrentamento de questões com os brancos. (Poucas mulheres podem ser “iarandu”).

As formas sociais de organização de tarefas e funções assimilou, portanto, a realidade atual que supõe o enfrentamento constante com os brancos. Assim como é difícil para uma pequena comunidade sobreviver hoje sem seu “Mbaekuaá / Oporaive”, também a falta dos jovens “Iarandu” leva-os à insegurança quanto a permanência na aldeia. São eles considerados os “auxiliares” do “oporaive” (pajé).

A sociedade Guarani equaciona as funções e os papéis de seus membros, nas diversas etapas da vida, conciliando, na formação individual, características e condições relacionadas à idade e à experiência.

“Poxy” é traduzido como um espírito que se incorpora nas criancinhas. Suas características são irritabilidade, impaciência, egoísmo, e permanece até que a pessoa adquira, gradualmente, o amadurecimento, o conhecimento e a sabedoria. A sua permanência na pessoa, em graus decrescentes e variáveis, pode perdurar até por volta dos “30 anos”, quando essas características são aceitáveis e, atualmente, no jogo das relações com os brancos, bem-vindas. Desse modo, os jovens adultos que tem o “conhecimento das coisas do branco” “iarandu”, e que ainda podem permitir-se a manifestações de desgostos (originadas do “poxy”) sem grandes constrangimentos pessoais, são os representantes ideais em algumas reuniões que exigem enfrentamentos.

Mesmo assim (como em toda relação desigual o elemento surpresa tem eficácia), os Guarani parecem sentir que o seu maior trunfo, a melhor forma de se explicarem é mostrar seu “py’a guaçu” (coração grande), surpreendendo com um gesto de generosidade, digno dos verdadeiros líderes espirituais como o “oporaive” Jejokó, os seus opositores.

.....